

1 **ATA 5º DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE**
2 **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE**
3 **SAÚDE**
4

5 Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, em reunião virtual,
6 realizou-se a quinta Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Assistência à
7 Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE Saúde do ano de 2022, sob a presidência
8 do Dr. João Ricardo dos Santos Costa, presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde, e
9 secretariada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária. **1) Abertura da Reunião Ordinária.** Foi
10 declarada aberta a reunião, que contou com a presença dos conselheiros representantes do
11 Governo do Estado, titulares Thiago Dapper, Júlio César Viero Ruivo, Álvaro Panizza Salomon Abi
12 Fakredin (ALRS), João Ricardo dos Santos Costa (TJRS), e Maria Cristina Cardoso Moreira de Oliveira
13 (MPRS); e representantes dos segurados titulares Katia Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite
14 Lucas (União Gaúcha), Márcia Elisa Pereira Trindade e Antônio de Pádua (Fessergs), Vera Maria
15 Lessês e Antônio Alberto Andrezza (Cpers). Além destes, a reunião contou com a presença do
16 Presidente do IPE Saúde, Bruno Queiroz Jatene, da Diretora de Planejamento e Orçamento do IPE
17 Saúde, Mary Liliane Cavalheiro Mendes, das assessoras do IPE Saúde, Berenice Nogueira e Daniela
18 Heller, dos suplentes Itamê Sandri Westphalen, Rafael Amaral e Danilo Krause, e da Economista e
19 Técnica Dieese assessoria CPERS, Anelise Manganelli. **2) Ausências justificadas.** O conselheiro
20 Mauro Hauschild não pode comparecer por conta de agenda externa pelo Governo do Estado,
21 sendo substituído nesta reunião por sua suplente, Itamê Sandri Westphalen. **3) Aprovação da ata**
22 **da reunião ordinária do dia 24 de fevereiro de 2022.** Ata aprovada por unanimidade, sem
23 retificações. **4) Correspondências expedidas.** Ofício 06/2022 no PROA nº com a Resolução da
24 Estrutura Organizacional do IPE Saúde; Ofício 07/2022 no PROA nº com a Resolução do Processo
25 Sucessório da Estrutura Organizacional do IPE Saúde; Ofício 08/2022 no PROA nº solicitando
26 levantamento de contribuição e receitas totais do Poder Judiciário ao IPE Saúde; Ofício 09/2022 no
27 PROA nº dando conhecimento sobre o relatório econômico-financeiro do 3º trimestre do IPE Saúde.
28 **5) Correspondências recebidas.** PROA nº 22/2441-0002579-4 com solicitação de renúncia da
29 função de conselheiro de Júlio César Viero Ruivo e seu respectivo suplente, Rafael Amaral; PROA nº

30 21/2441-0003583-2 com levantamentos solicitados pelo Conselho de Administração sobre a
31 contribuição do Poder Judiciário ao IPE Saúde; Ofício UG/DOC 162022 União Gaúcha solicitando
32 abertura de investigação interna de clínicas oncológicas começando pelas cidades de Igrejinha,
33 Sapiranga e Três Coroas. **6) Despedida do conselheiro Júlio Cesar Viero Ruivo, do suplente Rafael**
34 **Amaral e apresentação do novo diretor-presidente do IPE Saúde, Bruno Queiroz Jatene.** Antes do
35 início da discussão das matérias, o presidente do Conselho de Administração, João Ricardo, deu a
36 oportunidade ao conselheiro Júlio César Viero Ruivo e seu respectivo suplente Rafael Amaral de se
37 despedirem do Conselho de Administração, visto a solicitação de exoneração dos cargos de Diretor-
38 Presidente do IPE Saúde e Chefe de Gabinete da Presidência e das funções como membros deste
39 colegiado. Além disto, o presidente João Ricardo informou que recepcionou, por meio da
40 presidência do IPE Saúde, documentos referentes as Medidas de Redução de Despesas e
41 Providências na Ampliação das Receitas que compõe o Plano da Reestruturação do IPE Saúde e
42 Medidas Estruturantes, e questionou o ex-presidente do IPE Saúde sobre as matérias já aprovadas
43 pelo Conselho de Administração e sobre a contratação dos servidores aprovados no concurso
44 público, itens que constam nas medidas encaminhadas como ainda não apreciadas pelo Conselho.
45 Na sequência, o conselheiro Júlio Ruivo manifestou-se agradecendo os membros do Conselho pelo
46 trabalho prestado durante sua gestão e estendendo os reconhecimentos a todos os servidores do
47 IPE Saúde, expondo suas dificuldades e desafios enfrentados na Presidência do instituto. Além
48 disto, o ex-presidente Júlio colocou para os conselheiros algumas pautas que considera importantes
49 para que o colegiado dê atenção especial e prioridades. Após Júlio Ruivo e Rafael Amaral
50 despediram-se do Conselho, também agradecendo aos servidores e membros do colegiado pelo
51 apoio durante toda a gestão na Presidência do IPE Saúde. A conselheira Katia Terraciano
52 manifestou-se lamentando a saída do ex-presidente Júlio Ruivo e a troca constante de diretor-
53 presidente na gestão do instituto, além disto agradeceu pelo trabalho prestado e salientou que
54 achava importante ter um espaço onde o ex-presidente Júlio Ruivo pudesse apresentar um balanço
55 de sua gestão ao Conselho de Administração para que se tivesse mais transparência e clareza nas
56 questões que avançaram e nas que ainda precisam de atenção do colegiado. Ainda em sua fala, a
57 conselheira Katia questionou o ex-presidente Júlio Ruivo sobre os valores atualizados de paritárias

58 e patronais devidas ao IPE Saúde e se o Estado continua entendendo que não são devidos juros no
59 pagamento destes valores. Já o conselheiro Álvaro Panizza, por sua vez, manifestou-se também
60 elogiando a gestão do ex-presidente Júlio Ruivo e sua equipe e aproveitou para dar boas-vindas ao
61 novo diretor-presidente do IPE Saúde, Bruno Jatene. Após as falas dos conselheiros, Júlio Ruivo
62 esclareceu que o IPE Saúde recebeu um aporte no valor de R\$ 12 milhões, referente as paritárias e
63 pensionistas, no início do ano e, no mês de março, um valor de R\$ 70 milhões, ambos referentes
64 ao período de março de 2018 a abril de 2019. Sobre os valores questionados, Júlio Ruivo informou
65 que se tratam de pagamentos anteriores ao ano de 2018 que estão na ordem de R\$ 188 milhões,
66 sem correção, que ainda estão com a aprovação tramitando em análise pelo Governo do Estado. O
67 presidente do Conselho, João Ricardo, questionou sobre a suspensão do prazo de homologação do
68 concurso público e o ex-presidente Júlio Ruivo esclareceu que as contratações serão realizadas após
69 a instituição do regime de recuperação fiscal adotado pelo Governo do Estado. Após os
70 esclarecimentos e manifestações dos conselheiros sobre a saída do ex-presidente Júlio Ruivo, o
71 atual diretor-presidente do IPE Saúde, Bruno Jatene, apresentou-se informando que se reuniu com
72 Júlio Ruivo para definir as pautas que estão em andamento e os principais entraves que deverão
73 ser enfrentados na sua gestão. Jatene salientou que vai precisar do auxílio do Conselho de
74 Administração para assumir a missão de gerir o instituto e superar as dificuldades além de falar um
75 pouco sobre suas propostas de atuação como diretor-presidente. Colocou-se à disposição para
76 atuar da melhor forma junto do Conselho. Por fim, referente ao material encaminhado ao colegiado
77 sobre as Medidas de Redução de Despesas e Providências na Ampliação das Receitas, deliberou-se
78 que seria agendada uma reunião com o novo diretor-presidente do IPE Saúde, Bruno Jatene, e
79 técnicos do instituto para definir as pautas prioritárias para a nova gestão do IPE Saúde. **7)**
80 **Discussão sobre levantamento do percentual de contribuição do Poder Judiciário ao IPE Saúde.**
81 A assessora do IPE Saúde, Berenice Nogueira, iniciou as apresentações repassando alguns dados já
82 apresentados ao Conselho de Administração nas reuniões anteriores, como fluxo de entrada e saída
83 de segurados do IPE Saúde do Poder Judiciário, relacionados por sexo e faixa etária. Na sequência,
84 iniciou os esclarecimentos quanto aos dados sobre a renda salarial destes servidores e as
85 contribuições anuais ao IPE Saúde, informações referentes aos anos de 2017 a 2021. Berenice

86 lembrou os conselheiros que a maior queda nas contribuições e fluxo elevado de saída de
87 segurados do IPE Saúde se deu no ano de 2019 e falou sobre os principais impactos causados a
88 partir destes descredenciamentos, principalmente no que se refere a categoria 5 do plano. Berenice
89 finalizou as apresentações abordando outros dados sobre saída dos segurados do Poder Judiciário
90 nos últimos anos. Após a apresentação, a conselheira Maria Cristina manifestou-se afirmando que
91 este levantamento apresentado tem como base dados mapeados até o mês de novembro de 2021,
92 sendo que o auxílio saúde dos servidores do Poder Judiciário foi regulamentado em meados de
93 agosto de 2021, tendo sua reposição apenas a partir do mês de dezembro do mesmo ano. Por conta
94 disto, a conselheira acredita que este estudo ainda é prematuro, visto que só é possível ter uma
95 noção do fluxo de saída destes servidores por conta do auxílio saúde regulamentado somente a
96 partir do mês de março de 2022. Demais conselheiros manifestaram-se sobre o tema, dando suas
97 opiniões quanto ao fluxo apresentado pela assessora do IPE Saúde. Já o presidente do Conselho de
98 Administração, João Ricardo, afirmou ser preocupante a saída destes servidores do IPE Saúde e crê
99 que deve permanecer o acompanhamento dos impactos causados no instituto pela
100 regulamentação do auxílio saúde do Poder Judiciário e, a partir dados apurados, pensar em
101 estratégias de enfrentamento. **8) Discussão sobre a reunião entre Diretoria de Provimento de**
102 **Saúde e entidades médicas.** O presidente do colegiado, João Ricardo, relatou que o Conselho de
103 Administração vem observando as dificuldades no relacionamento entre o IPE Saúde e os
104 prestadores credenciados e, por conta disto, têm pensado em manter um diálogo com as entidades
105 médicas a fim de discutir os principais percalços ocorridos. Considerando isto, o diretor de
106 provimento de Saúde do IPE Saúde, dr. Antônio Quinto Neto, iniciou suas manifestações dando
107 alguns esclarecimentos quanto as reuniões já realizadas com as entidades médicas, nos anos
108 anteriores, através do IPE Saúde, atualizando o Conselho sobre as tratativas até então efetivadas.
109 Antônio Quinto relatou que os prestadores solicitaram, desde a gestão do ex-presidente do IPE
110 Saúde, Marcus Vinicius, um reajuste no pagamento dos honorários médicos, onde foi assinado,
111 portanto, uma proposta de reajuste nos valores pagos em relação as consultas eletivas e visitas
112 hospitalares, mesmo sem condições financeiras para realizar esta modificação. A partir da gestão
113 do ex-presidente Júlio Ruivo, novamente as entidades procuraram o instituto para solicitar posições

114 quanto a esses reajustes anteriormente discutidos, e após análises ofereceu-se aos prestadores um
115 reajuste de 5% nos valores de honorários pagos sobre estes serviços. Porém, as entidades médicas
116 não aceitaram a proposta apresentada pelo IPE Saúde entendendo que o reajuste oferecido não
117 era suficiente e o instituto afirmou que não teria condições de propor valores maiores, visto a atual
118 situação financeira da autarquia. Antônio Quinto atualizou o Conselho sobre alguns valores pagos
119 pelo IPE Saúde aos prestadores de serviços e onde enxerga, na sua opinião, os verdadeiros déficits.
120 Além disto, o diretor relatou a situação sobre o descredenciamento das cooperativas médicas do
121 plano e esclareceu que os médicos não cooperativados permaneceram credenciados ao instituto e
122 atendendo normalmente os segurados. Após as manifestações do diretor, o conselheiro Ives
123 Agamenon questionou sobre os atendimentos realizados pelo Instituto de Cardiologia de Porto
124 Alegre, e o diretor Antônio Quinto esclareceu que neste hospital existe apenas um médico que
125 permanece credenciado, o restante dos cardiologistas descredenciados eram prestadores
126 cooperativados. Já a conselheira Katia Terraciano informou que o Hospital da PUCRS estava se
127 negando a prestar atendimento ao IPE Saúde e questionou o motivo desta ação. O diretor Antônio
128 Quinto esclareceu à conselheira que o instituto encontra-se numa situação financeira grave, onde
129 os custos assistenciais elevaram-se no ano de 2020 e 2021 e o IPE Saúde ficou sem condições de
130 pagar exatamente a produção gerada pelos prestadores, o que foi aumentando o prazo de
131 pagamentos nos serviços em exceção das consultas e procedimentos, atrasando os honorários
132 sobre internação hospitalar e, por conta disto, os hospitais estão optando a não realizar mais
133 atendimentos pelo plano. O diretor comentou, ainda, sobre as fiscalizações nas clínicas oncológicas,
134 relatando que os preços só tem aumentado por parte deste tipo de tratamento e falou sobre as
135 suspensões dos credenciamentos de novas clínicas neste sentido. O conselheiro Ives Agamenon
136 indagou em relação a prevenção à saúde dos servidores para evitar gastos com tratamentos futuros
137 e o diretor respondeu que a Diretoria de Provimento de Saúde junto da Diretoria de
138 Relacionamento com o Segurado tem trabalhado na promoção e prevenção de saúde por meio de
139 campanhas, como Outubro Rosa e Novembro Azul, entre outras ações já adotadas pelo instituto,
140 mas que ainda são necessárias medidas mais fortes. Por conta disto, foi designado um servidor para
141 exercer a função de cuidar apenas desta área. Por fim, os conselheiros Katia Terraciano, Marcia

142 Elisa e Antônio de Pádua manifestaram seus descontentamentos quanto a atual situação financeira
143 do IPE Saúde, sobre a inexistência do Fundo de Assistência à Saúde – FAS, sobre a falta de
144 transparência no que se refere a receitas do Instituto-sobre a escassez de servidores no instituto
145 que inviabiliza uma gestão eficaz, concluindo que é o Poder Executivo o principal responsável pela
146 crise enfrentada pelo IPE Saúde. **9) Auditorias nas clínicas oncológicas.** O presidente do Conselho,
147 João Ricardo, informou ao colegiado que foi recepcionado um ofício, remetido pela União Gaúcha,
148 solicitando a abertura de investigação interna de clínicas oncológicas das cidades de Igrejinha,
149 Sapiranga e Três Coroas. A pauta ficou agendada para a próxima reunião ordinária do Conselho
150 para tratar sobre este documento e demais investigações de clínicas realizadas pelo instituto. **10)**
151 **Relatório econômico-financeiro do 4º trimestre e acompanhamento de auditoria de minuta da**
152 **CAGE.** A matéria foi repautada para a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração que
153 ocorrerá no dia 24 de março. **11) Assuntos de ordem geral.** Não houve. **12) Definição de pauta**
154 **para a próxima sessão.** Visto as pautas faltantes para discussão, deliberou-se o agendamento de
155 uma reunião extraordinária, subsequente a reunião ordinária do dia 24 de março. Para estas
156 reuniões, ficaram pautados os seguintes temas: Reunião com a Secretaria da Planejamento,
157 Governança e Gestão e Secretaria da Fazenda sobre situação financeira do IPE Saúde; Auditorias
158 nas clínicas oncológicas; e Relatório econômico-financeiro do 4º trimestre e acompanhamento de
159 auditoria de minuta da CAGE. **13) Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e dando por
160 encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que vai elaborada, revisada e
161 assinada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária, e pelo presidente do Conselho de
162 Administração, Dr. João Ricardo dos Santos Costa, sendo declarada aprovada a ata desta sessão,
163 que se encontra à disposição dos Senhores Conselheiros, por meio eletrônico, ressalvando-lhes o
164 direito de retificá-la, por escrito, se assim o desejarem.

165

166

Porto Alegre, 10 de março de 2022.

167

168

João Ricardo dos Santos Costa

169

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde



Fl. 7

170

171

172

Thuane Liesenfeld Borges

Secretária do Conselho de Administração.